

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

*Altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas, autoriza a criação da Comissão Intersetorial de Bebidas e dá outras providências, para proibir a utilização do dietilenoglicol em instalações de produção de cervejas em todo o território nacional.*



SF/20991.06552-48

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 4º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º** .....

§ 1º É vedado o emprego do etilenoglicol e do dietilenoglicol na produção de cervejas.

§ 2º As bebidas de procedência estrangeira somente poderão ser objeto de comércio ou entregues ao consumo quando suas especificações atenderem aos padrões de identidade e qualidade previstos para os produtos nacionais, excetuados os produtos que tenham características peculiares e cuja comercialização seja autorizada no país de origem.”  
(NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

No início deste ano, fomos surpreendidos com as tristes notícias a respeito de casos de intoxicação de diversas pessoas que consumiram cervejas produzidas pela cervejaria Backer, de Belo Horizonte.

As análises conduzidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) constataram a contaminação da bebida pelas substâncias etilenoglicol (ou monoetilenoglicol) e dietilenoglicol em 21 lotes de oito marcas diferentes de cervejas produzidas pela empresa.

Apesar da rapidez com que foram conduzidas as providências com vistas a mitigar os danos provados por esse episódio de contaminação, nos causa estranhamento o fato de o emprego de substância tão tóxica quanto o dietilenoglicol ainda ser autorizado no País, especialmente, em processo de industrialização de produto que se destina ao consumo humano.

Entidades representativas do setor de cervejas – a Associação Brasileira de Cervejas Artesanais (ABRACERVA) e o Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas de Minas (SINDIBEBIDAS) – têm-se manifestado contra o uso das substâncias monoetilenoglicol e dietilenoglicol em fábricas de cerveja e solicitado providências e normas reguladoras por parte do Mapa e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nesse sentido.

Existem opções não tóxicas que podem ser utilizadas no sistema de resfriamento das cervejarias, como é o caso do propilenoglicol. Aliás, conforme levantamento realizado pela Associação Brasileira de Cerveja Artesanal (ABRACERVA), entre duzentas cervejarias pesquisadas, apenas 1,5% utilizam o etilenoglicol. A maioria delas dão preferências ao álcool (87,4%) e ao propilenoglicol (5,1%), que não é tóxico para humanos.

Dessa forma, diante da necessidade de o poder público agir preventivamente para evitar incidentes como o relatado acima, e da inação dos órgãos competentes no âmbito do Poder Executivo, o Projeto de Lei ora apresentado propõe o banimento do etilenoglicol e do dietilenoglicol da produção de cervejas no País.

Certo de que a medida que se apresenta é de interesse da indústria cervejeira e da população como um todo, solicitamos o apoio dos nobres Pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Senador ALVARO DIAS

